

CURADORIA DO MEIO AMBIENTE – ORDEM URBANÍSTICA
Inquérito Civil n. 06.2016.00006226-0

Ementa: Poluição do rio Tarumã – Xanxerê-SC
"Condomínio Sete de Setembro"

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n. 0021/2018/02PJ/XXÊ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê/SC, situada no Edifício Classic Center – Rua Fidêncio de Souza Mello, n. 169, centro, Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Promotor de Justiça Doutor Marcos Augusto Brandalise, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e a senhora Natália Oliveira Morales, brasileira, solteira, inscrita n. 009.590.449-22, RG n. 3.698.524/SC, residente e domiciliada na Rua Dirceu Giordani, n. 1436, apto 404, bloco C, município de Xanxerê-SC, Síndica do Condomínio 7 de Setembro; senhor Márcio Vaccaro, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 533.626.329-04, RG n. 1.383.467-3, residente e domiciliado na Rua Francisco Brites de Miranda, nº 125, bairro La Salle, Xanxerê-SC, sócio administrador do Empreendimentos Basar Construções SPE Ltda, doravantes denominados **COMPROMISSÁRIOS** consoante o disposto no artigo 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, artigo 89 da lei Complementar Estadual n. 197/2000, arts. 25 ao 36 do Ato n. 395/2018/PGJ e art. 14 da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, e:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, inclusive a ordem urbanística (art. 129, III, da CF/88, e art. 1º e art. 5º, ambos da Lei Federal n. 7.347/85, aquele com redação dada pela Lei n. 10.257/01);

CONSIDERANDO que o art. 82, XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar n. 197/2000), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio

ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme art. 83, inciso I, da mesma Lei;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o dever de defender e preservar o bem ambiental é imposto tanto ao Poder Público quanto aos administrados, em autêntica solidariedade social e jurídica, cada qual com sua esfera de responsabilidade, consagrando-se a tríplice responsabilização civil, administrativa e penal, de forma independente e autônoma (art. 225, § 3º, da CF);

CONSIDERANDO o artigo 170, incisos III e VI da Constituição Federal que elevou o meio ambiente à condição de princípio, ao lado da função social da propriedade, o que significa dizer que, ao tratar da atividade econômica e lucrativa, esta não poderá sobrepor-se à defesa do meio ambiente, mas sim conviver em harmonia com este;

CONSIDERANDO o direito de propriedade (art. 5º, XXII, da CF) e de exercício de atividade lucrativa (art. 170, da CF), condiciona-os a limites, dentre os quais encontra-se sua função social na dimensão ambiental, atendendo as diretrizes traçadas pela legislação, que visam garantir o bem-estar da população (arts. 5º, XXIII, 30, VIII, 170, III e VI, e 182, da CF).

CONSIDERANDO que Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6938/81), estabeleceu a responsabilidade objetiva ambiental ao causador do dano, tendo a Constituição Federal considerado imprescindível a obrigação de reparação dos danos causados ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2.º e 3.º da Lei n.º 9.605/98);

E, por fim, considerando o teor do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197, de 13 de julho de 2000, os quais facultam ao representante do Ministério Público a possibilidade de lavrar com os interessados termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, com eficácia de título executivo;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), arts. 84 e seguintes da Lei Complementar Estadual n. 197/2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina), arts. 25 ao 36 do Ato n. 395/2018/PGJ e art. 14 da Resolução n. 23 do Conselho Nacional de Justiça – CNMP, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

TÍTULO I - DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - Este TERMO tem como objeto a compensação e reparação do dano ambiental causado pelo condomínio Sete de Setembro no Rio Tarumã - Xanxerê.

TÍTULO II - DAS OBRIGAÇÕES

Capítulo I

DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS

CLÁUSULA 2ª - O **COMPROMISSÁRIO MÁRCIO VACCARO** assume a obrigação de fazer consistente em elaborar, por profissional habilitado acompanhado de ART, plano de recuperação da área degradada (PRAD) de acordo com a NBR 136969, sujeito à aprovação do órgão ambiental municipal, no prazo de 90 (noventa) dias da assinatura deste compromisso;

CLÁUSULA 3ª - O **COMPROMISSÁRIO MÁRCIO VACCARO** assume a obrigação de fazer consistente realizar a execução, no local do dano

ambiental, do projeto de recuperação da área degradada (PRAD), no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da aprovação do projeto pelo órgão municipal competente;

Parágrafo Único – Como comprovante da execução do projeto de recuperação da área degradada, conforme descrito no *caput*, deverá ser apresentado laudo subscrito por profissional com ART, no prazo acima estipulado, indicando a atual fase do projeto;

CLÁUSULA 4ª - Os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de NÃO fazer consistente na suspensão do lançamento de dejetos na rede de escoamento pluvial, a partir da execução do projeto referido na cláusula 2ª;

CLÁUSULA 5ª - O **COMPROMISSÁRIO MÁRCIO VACCARO** assume a obrigação de fazer consistente na realização de projeto específico complementar do Sistema de Tratamento de Efluentes do Condomínio Sete de Setembro, elaborado por profissional habilitado acompanhado de ART, a fim de evitar problemas de ordem ambiental, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da assinatura do presente termo de ajuste.

CLÁUSULA 6ª - O **COMPROMISSÁRIO MÁRCIO VACCARO** assume a obrigação de fazer consistente realizar a execução do projeto complementar do Sistema de Tratamento de Efluentes do Condomínio Sete de Setembro, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da aprovação do projeto no órgão ambiental municipal.

Parágrafo Único – Como comprovante da execução do projeto complementar do Sistema de Tratamento de Efluentes, deverá ser apresentado nesta Promotoria de Justiça laudo, subscrito por profissional com ART, com imagens comprovando a realização das melhorias, no prazo acima estipulado.

CLÁUSULA 7ª - O **COMPROMISSÁRIO MÁRCIO VACCARO** assume a obrigação de fazer em apresentar a esta Promotoria de Justiça o Alvará Sanitário Condomínio Sete de Setembro, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da aprovação do projeto no órgão ambiental municipal.

Capítulo II

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

COMPENSAÇÃO INDENIZATÓRIA

CLÁUSULA 8ª - Os **COMPROMISSÁRIOS**, como medida de compensação indenizatória pelos danos provocados ao meio ambiente, pagarão solidariamente a quantia de R\$ **6.000,00 (seis mil reais)**, cujo valor será revertido 50% (cinquenta por cento) ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL) e 50% ao Fundo Municipal de Reconstituição de Bens Lesados (CNPJ 83.009.860/0001-13)

Parágrafo primeiro – o pagamento será realizado em 1 (uma) parcela com vencimento para o dia **10 de janeiro de 2019** a ser paga mediante depósito bancário

Parágrafo segundo – para comprovação desta obrigação, os **COMPROMISSÁRIOS** obrigam-se a apresentar a esta Promotoria de Justiça cópia do comprovante de depósito em até 10 dias após a data de pagamento.

TÍTULO III – DAS CLÁUSULAS PENAIS

CLÁUSULA 9ª – Na hipótese de descumprimento e/ou atraso de quaisquer das obrigações assumidas neste TERMO, incorrerão os **COMPROMISSÁRIOS** em multa, cujo montante será revertido ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL) sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, bem como de execução específica das obrigação assumidas, respeitadas as seguintes disposições:

I – Pelo **descumprimento** das **cláusulas 2ª, 3ª, 4ª, 5ª**, do presente TERMO, incorrerão os **COMPROMISSÁRIOS** em multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), reajustado pelo INPC;

II – Pelo **atraso** dos prazos estipulados na **cláusulas 2ª, 3ª, 4ª, 5ª**, incorrerão os **COMPROMISSÁRIOS** em multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, com limite de 90 (noventa) dias

(termo final);

III – Pelo **descumprimento** da **cláusula 2ª, 3ª, 4ª, 5ª**, configurado este caso o não cumprimento das obrigações se estenda por mais de 90 (noventa) dias, cessará a incidência de multa diária e, além daquela devida pelos noventa dias de atraso, incidirão os **COMPROMISSÁRIOS** em multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), reajustado pelo INPC.

Parágrafo Único – A multa é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as infrações cometidas, ainda que no mesmo período.

CLÁUSULA 10ª - Comprovada a inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, ou a continuidade da conduta irregular, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título, tanto da multa aplicada quanto da obrigação de fazer estipulada.

CLÁUSULA 11ª - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 12ª - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

TÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 13ª - O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva relacionada ao convencionado no presente TERMO contra os **COMPROMISSÁRIOS**, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

CLÁUSULA 14ª - As partes elegem o foro da Comarca de Xanxerê/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente TERMO.

Assim, justo e acertados, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, composto por 8 (oito) laudas, em 2 (duas) vias originais de igual

teor, e que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85, art. 585, inciso VIII, do Código de Processo Civil e art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, submetendo-se, juntamente com a promoção de arquivamento, à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe os art. 48, II, e art. 49, ambos do Ato n. 395/2018/PGJ.

Xanxerê, 21 de novembro de 2018.

Natália Oliveira Morales
Síndica do Condomínio 7 de Setembro
Compromissária

Neuro Gilberto Paludo
sócio-administrador da imobiliária Adisul,
empresa responsável pela administração do
condomínio Sete de Setembro

Márcio Pieta Ronconi
Advogado
OAB/SC sob nº21.915

Márcio Vaccaro
sócio-administrador
Empreendimentos Basar Construções SPE Ltda
Compromissário

Ricardo Carlos Ripke
Advogado
OAB/SC 18.339

Vinicius Saibro
Engenheiro Civil
Basar Construções SPE Ltda

MARCOS AUGUSTO BRANDALISE
Promotor de Justiça

Lizandra Fátima Groder
Assistente de Promotoria
Testemunha

Taynara Marcon
Assistente de Promotoria
Testemunha